



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS IV/JACOBINA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JANIELE RIBEIRO DE ARAÚJO

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNEB
CAMPUS IV (2005 – 2011)

JACOBINA - BAHIA

2011

JANIELE RIBEIRO DE ARAÚJO

**CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNEB
CAMPUS IV (2005 – 2011)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade do Estado da Bahia, campus IV – Jacobina, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Esp. Itamar Sousa.

JACOBINA - BAHIA

2011

JANIELE RIBEIRO DE ARAÚJO

**CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNEB
CAMPUS IV (2005 – 2011)**

BANCA EXAMINADORA

Jacobina, ____ de _____ de 2011.

Dedico este trabalho a Deus, a meu esposo, a minha filha, a minha mãe, meu pai e todos os meus familiares.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor de todas as coisas!

À Meus pais, Domício e Elita, por acreditarem em mim e me apoiarem.

Aos meus irmãos, Mário, Maurício, Ribeiro, Cida, Luciana e Luciélia por me incentivarem a continuar estudando.

A meu marido, Vamberto, pela paciência e suportar os momentos de *stress*.

À minha filha, Heloísa, que me deu mais ânimo para a consecução deste trabalho.

Ao meu orientador, Itamar, pelas sugestões, críticas e correções durante o trabalho.

Aos colegas, pelos quatro anos de diversão e aprendizagem.

Aos professores do curso de Licenciatura em Educação Física, pelos conhecimentos construídos e reconstruídos.

A todos vocês meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as concepções de extensão universitária que orientam os projetos do curso de Licenciatura em Educação Física, da UNEB, campus IV – Jacobina, na perspectiva de contribuir para um repensar da maneira de planejar as “ações extensionistas” no curso. O estudo buscou aproximações com a estratégia metodológica da “pesquisa documental”. Este estudo foi de natureza essencialmente qualitativa. O estudo buscou também aproximações com a estratégia metodológica da “pesquisa documental”. As fontes utilizadas foram os projetos de extensão, arquivados desde a implantação do curso de Licenciatura em Educação Física até o ano de 2011. A análise dos dados foi realizada através da técnica de “análise de conteúdo”. A conclusão foi que o curso de Educação Física tem delineado suas práticas a partir da “concepção acadêmica” de extensão, buscando, numa relação dialética, transformar a sociedade; mas ainda é possível encontrar alguns projetos que desenvolvem suas práticas enraizadas na “concepção assistencialista”, que está atrelada as atividades e eventos organizados de modo a atender as necessidades emergenciais da sociedade.

Palavras –chave: Universidade; Extensão; Educação Física; UNEB.

ABSTRACT

The present study it has for objective to analyze the conceptions of university extension that guide the projects of the course of Physical Education, of the UNEB, *campus* IV - Jacobina, in the perspective to contribute one to rethink in the way to plan the extensionistas actions in the course. This study it was of essentially qualitative nature. The study it also searched approaches with the methodology of the “documentary research”. The used sources had been the extension projects, filed since the implantation of the course of Physical Education until the year of 2011. The conclusion was that the course of Physical Education has delineated its practical from the “academic conception” of extension, searching, in a relation dialectic, to transform the society; but still it is possible to find some practical projects that develop its established in the “assistencialist conception”, related the organized activities and events in order to take care of the immediate necessities of the society.

Key words: University; Extension; Physical Education; UNEB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
Trajetórias e concepções da extensão universitária	12
As concepções e suas características	17
CAPÍTULO II	
As bases legais das práticas curriculares desenvolvidas através da extensão	23
Universidade X Sociedade	23
As contribuições do plano nacional de extensão para a relação universidade-sociedade	26
Estrutura e organização das ações extensionistas na Universidade do Estado da Bahia.....	28
Programas e projetos de extensão do curso de educação física – campus IV UNEB	31
CAPÍTULO III	
Os projetos do curso educação física e suas concepções de extensão	36
Apresentação dos projetos	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) tem como tema a extensão universitária. Especificamente, nossa pretensão foi refletir sobre a concepção de extensão dos projetos do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV – Jacobina / Ba.

A minha aproximação com a temática aconteceu após participação em um dos projetos de extensão do curso de Educação Física do qual fui monitora durante um ano, quatro meses como voluntária e oito meses como bolsista, a partir desse período surgiram alguns questionamentos sobre qual era a função das ações que a universidade desenvolvia junto à comunidade, tanto fora a minha curiosidade que fiz algumas leituras sobre o tema e busquei relacioná-las com a realidade do Curso de Educação Física UNEB – Campus IV.

Em outras áreas do conhecimento parece que os estudos sobre extensão universitária vêm se consolidando aqui no Brasil. Por exemplo, Jezine (2006) analisou as concepções de extensão que vem sendo incorporadas ao longo de sua existência nas universidades brasileiras, a fim de apreender a extensão universitária em sua importância na produção do conhecimento, como função que promove a inter-relação ensino, pesquisa e extensão, universidade e sociedade, numa perspectiva de prática social. Sampaio (s. d.) analisou as diversas propostas e concepções de extensão que chegaram ao Brasil e a influência destas sobre os(as) trabalhadores(as) do campo. Também se procurou analisar a educação destinada aos povos do campo, a matriz tecnológica ou modelo de desenvolvimento adotado e os movimentos sociais de resistência que ocorreram no campo ao longo da história do Brasil. Oliveira (2004) problematizou alguns pontos da ação extensionista no sentido de aprofundar a discussão acerca do papel da extensão – enquanto projeto social - e da universidade frente ao poder público e às políticas públicas. Entretanto, no âmbito da educação física percebe-se que ainda há uma escassez de estudos sobre este tema. Além disso, não encontramos estudos que tratassem da extensão na UNEB, campus IV – Jacobina, especificamente no curso de Licenciatura em Educação Física.

No caso específico deste estudo, delimitamos como *pergunta científica*: Quais as concepções e perspectivas que orientam os projetos de extensão do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV – Jacobina / Ba?

Para efeito de orientação do estudo, partiremos do pressuposto de que não está explícito nos projetos de extensão do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB,

campus IV – Jacobina a concepção de extensão que os orienta. Por outro lado, é possível que os projetos ocorram numa perspectiva fragmentada, em consequência da falta de clareza em relação à própria concepção de extensão que os orienta.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as concepções de extensão universitária que orientam os projetos do curso de Licenciatura em Educação Física, da UNEB, campus IV – Jacobina, na perspectiva de contribuir para um repensar da maneira de planejar as “ações extensionistas” no curso.

Para alcançar este objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar uma síntese sobre o percurso histórico da extensão universitária desde as primeiras manifestações através das Escolas Gregas até chegar o momento em que se encontra hoje nas universidades brasileiras.
2. Refletir sobre como deve ser construída a relação entre universidade e sociedade, amparada pela legislação que orienta a conexão entre estas duas instâncias, ressaltando as bases que justificam as ações extensionistas.
3. Apresentar os projetos de extensão do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB, campus IV – Jacobina e identificar suas concepções orientadoras.

A relevância acadêmica dessa pesquisa está na autenticidade, pois, no Campus IV existe uma carência de estudos sobre extensão universitária, principalmente no curso de Licenciatura em Educação Física. Portanto, há uma necessidade de discutir e analisar as concepções que orientam os projetos de extensão do curso de Educação Física na tentativa de entendê-las e proporcionar alguma contribuição para a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão na UNEB, Campus IV - Jacobina, em especial no curso de Licenciatura em Educação Física, no intuito de superar possíveis fragmentações existentes entre essas dimensões da vida acadêmica.

Devido ao problema de pesquisa delimitado, este estudo foi de natureza essencialmente qualitativa. Segundo Minayo (1994, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

O estudo buscou também aproximações com a estratégia metodológica da “pesquisa documental” (GIL, 2002), a qual “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Para tanto, as fontes utilizadas para o processo de coleta e análise de dados foram os projetos de extensão existentes e cedidos pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) na UNEB - Campus IV, desde a implantação do curso de Licenciatura em Educação Física, até o ano de 2011.

Para realizar a análise dos dados da pesquisa contamos com alguns pressupostos da técnica de “análise de conteúdo” / análise da enunciação. Segundo Minayo (2010, p. 303) a “[...] análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências [conclusões] sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos”. Assim, analisamos o conteúdo real dos projetos de extensão e relacionamos com a literatura especializada sobre concepções de extensão no Brasil.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado “trajetórias e concepções da extensão universitária”, tratamos das concepções de extensão e suas características, quais sejam, a concepção assistencialista, a acadêmica e a mercantilista.

No segundo capítulo, “as bases legais das práticas curriculares desenvolvidas através da extensão”, discutimos a relação universidade x sociedade, as contribuições do plano nacional de extensão para a relação universidade-sociedade, a estrutura e organização das ações extensionistas na Universidade do Estado da Bahia, finalizando com os projetos de extensão do curso de Licenciatura em Educação Física – Campus IV.

O terceiro capítulo, “os projetos do curso educação física e suas concepções de extensão” é dedicado à apresentação dos projetos de extensão do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB, Campus IV e identificação de suas concepções orientadoras.

Por fim, a partir do diálogo com os dados da pesquisa, fazemos algumas “considerações”, visando a recapitular sinteticamente os resultados da pesquisa, manifestamos nosso ponto de vista sobre os resultados obtidos e sugerimos pesquisas complementares.

CAPITULO I

TRAJETÓRIAS E CONCEPÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Neste capítulo através de um recorte no percurso histórico da extensão universitária tento traçar sua trajetória que vai desde as primeiras manifestações através das Escolas Gregas até chegar o momento em que se encontra hoje nas universidades brasileiras. Proponho um detalhamento sobre os condicionantes que influenciam as ações extensionista no mundo e na America Latina aproximando os leitores das principais características que cada concepções possui e como isso pode estimular de modo diferente as práticas curriculares das atividades desenvolvidas pela universidade.

A extensão universitária segundo Serrano (2008), desde os primeiros registros através das Escolas Gregas e ações desenvolvidas na Inglaterra em meados do século XIX esteve atrelada a transmissão verticalizada do saber que, pretendia atender as carências de uma população que por vários motivos não estava inseridas no meio acadêmico e por isso, fazia-se necessário assegurar-lhe um pouco do que era produzido dentro dos muros da universidade.

O meio mais utilizado para aproximar as pessoas da ciência produzida pelos acadêmicos era através da prestação de serviço, no qual os docentes e discentes levavam à sociedade o conhecimento que ela precisava, por meio da transmissão autoritária de um saber científico que se julgava inquestionável, que negava o senso comum para se afirmar mediante experimentos laboratoriais, nesse sentido a universidade era vista como possuidora de todo saber.

Serrano (2008) em diálogo com as idéias freirianas denomina esse fenômeno de transmissão vertical do conhecimento:

[...] podemos afirmar que o conhecimento é transmitido e não construído pelos participantes da ação, esta transmissão é verticalizada e parte do pressuposto de que há uma superioridade e messianismo de quem estende, que escolhe o que transmitir, como transmitir e que desconhece a visão de mundo dos que vão receber, e estes passam a ser sujeitos passivos no processo. (SERRANO, 2008:3)

O modelo de universidade Europeu do século XIX preocupava-se apenas em levar o saber construído dentro dos seus laboratórios para a população que estava “sedenta” por esses novos conhecimentos, pois, julgava-se que era essa a sua função, estender aos que não fazem parte desse universo acadêmico um entendimento mesmo que superficial, do que a ciência produzia.

Podemos afirmar que ao negar uma cultura ou conhecimento pré-existentes de um povo para impor a transmissão de informações acabadas em si mesmo, conduz a uma descaracterização da função da universidade e da extensão, pois, elas devem estar “voltada ao compromisso das necessidades de organização, conscientização, politização e sistematização de organizações sociais, pois a partir de sua dinâmica social se dar a produção das relações e conhecimento” Jezine (2006), já que elas devem ser construídas e se relacionarem segundo Freire (1975) a partir de uma prática dialógica.

Esta concepção de estender os benefícios, o produto da universidade à sociedade induz a pensar que tudo pode se fazer na extensão universitária, descaracterizando assim, sua dimensão acadêmica de produção do conhecimento, como se esta fosse exterior à universidade. (JEZINE, 2006:5-6)

A comunicação deve ser estabelecida entre os sujeitos envolvidos com os procedimentos de intervenção, pois, para que a informação se transforme em conhecimento ela deve ser analisada e utilizada a partir do seu potencial transformador, que emerge dos conhecimentos pré-existentes, despertando os sujeitos para a necessidade de criticar a realidade na qual está inserido, mas para que isso aconteça, os estudantes já na graduação devem ficar atentos as características do grupo antes de iniciar um projeto de extensão. Pois, segundo Freire (1975:68), “enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado a qual um deles já chegou e que, não obstante não foi apreendida pelo outro na expressão do primeiro.”

Outro aspecto a ser investigado é a relevância da implantação dos mesmos projetos de extensão para diferentes comunidades, neste quesito o que deve ser questionado são as

carências que cada uma possui, evidenciando que elas podem variar, portanto, mesmo que a essência do projeto seja mantida, a forma de conduzir o processo deve ser alterada.

Segundo Freire (1975), pensar extensão no sentido de transformar o espaço de ação no qual está sendo construído o conhecimento é conduzir os processos de intervenções por um caminho dialógico, que contribui para uma relação significativa de troca entre os participantes. Desse modo, através do diálogo, são estabelecidos significados aos signos e o processo de comunicação que Freire defende entre universidade e sociedade pode acontecer e ser ampliado ao passo que a característica assistencialista das extensões universitárias perde espaço para o caráter comunicativo que o processo dialético possui.

Em 1918, o Movimento Estudantil de Córdoba na Argentina aparece no contexto para mudar os rumos e a forma de se pensar e fazer a extensão na América Latina:

[...] criticava "a ausência do espírito científico", a "imoralidade intelectual" e o "controle oligárquico na instituição" e, neste sentido, advogava que a "universidade fosse configurada em forma de uma estrutura democrática, com autonomia política de docência, administração e finanças". Defendia, ainda, "a gratuidade de ensino, a periodicidade da cátedra, a reorganização acadêmica em seus métodos, conteúdos e técnicas, uma melhor qualificação dos docentes, um processo democrático de ingresso do estudante na Universidade" e "uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação nacional". (HUNGER, 1998:24-25)

Para Rocha (2001) *apud* Serrano (2008:4) os “fundamentos deste pensamento estavam numa extensão universitária processual, comprometida com mudanças sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir da militância política dos docentes e discentes.”

Surge em 1918, na América Latina, um novo caminho no qual, as atuações da extensão são voltadas à identificação os problemas locais que passa a apresentar, “as ações Voluntárias Sócio-Comunitárias, uma interface entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local e desta com a cultura universitária.” (SERRANO, 2008:5)

O voluntarismo era uma forma de ação que através da extensão pretendia estabelecer maiores aproximações entre universidade e comunidade, prezava pela busca das reais necessidades locais e formas mais humanas de intervir, abandonando a forma de transmissão

vertical do saber, aqui há um diálogo entre os sujeitos da ação, porém autores como Serrano (2008) e Freire (1975) traz à crítica a questão do voluntarismo, por este não refletir mediante as mudanças que essa nova forma de extensão oferecia à realidade sócio-cultural.

Analisar a capacidade de influência que o diálogo e a reflexão oferecem à construção de novos conhecimentos e aos procedimentos de intervenção é indispensável para entendermos a importância de não querer levar e impor um saber pronto e acabado para os sujeitos envolvidos na ação, portanto, o que deve ser feito é encarar os receptores como interlocutores e evidenciar o que Paulo Freire diz “a comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado.” (FREIRE, 1975:70)

Quando Freire (1975) propõe uma relação dialógica não se restringe a apenas isso, o que ele defende é que haja uma conscientização a partir das intervenções, recomenda que ao partirmos de uma realidade para a transformarmos em outra, devemos começar a criticar as nossas práticas e usando a reflexão como instrumento de mudanças para que as ações não tenham fins em si mesmas, para que o assistencialismo seja superado.

No início da década de 1930, começo da reforma universitária no Brasil e a regulamentação do Estatuto das Universidades Brasileiras, surgiu uma nova fase da extensão, marcada pela “institucionalização da extensão centrada na forma de cursos e a difusão do conhecimento, uma via de “mão única” de uma Universidade que sabe para uma comunidade que não sabe.” (SERRANO, 2008:8).

Essa normatização através do Estatuto das Universidades Brasileiras regulamentado pelo Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, em nada transforma o significado da extensão universitária, marcada pelos cursos, seminários e conferências numa compreensão tradicional de disseminação do conhecimento, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideais e princípios que defendem os altos interesses nacionais.

Nogueira (2001) apud Serrano (2008) nos dirá que a institucionalização no Brasil advém de uma esperança domesticadora, que vai encontrar seu contra ponto no movimento estudantil representado pela União Nacional de Estudantes (UNE), que em meados dos anos 1937 encontrava-se muito bem organizado e, criou uma metodologia que primava pela

reflexão sobre as ações realizada. A ação da UNE que colocava em prática a concepção emancipatória da extensão que acontece através “um conhecimento que circula que tem possibilidade de ser testado e de ter agregado a ele novos valores. A difusão do conhecimento por este modo não é uma mera repetição” (Castro, 2004:4), isso aconteceu até o início da Ditadura Militar¹, a partir desse momento o modo de organização estudantil e de praticar a extensão são vistos como ameaças ao tipo de governo ditatório, de maneira que o governo criou projetos de potenciais assistencialistas desvinculados das universidades:

O governo do regime militar cria programas extensionistas de apoio às comunidades carentes, a exemplo o CRUTAC e o Projeto Rondon, projetos humanitários e desenvolvimentistas que passaram a preencher o lugar dos movimentos de educação popular, pois objetivava sufocar o movimento estudantil de reforma universitária da década de 60, bem como atender as demandas de saúde, educação e agricultura geradas pelo processo de industrialização. (JEZINE, 2006:7-8)

Com o início do governo militar no Brasil a forma dialógica e emancipadora da extensão universitária fica oculta, Serrano (2008) afirma que as pessoas que fizessem uso das idéias freirianas naquele período eram perseguidas, voltava a prática assistencialista da extensão. Mas, segundo a autora, na década de 1980 as idéias de Freire voltam a orientar os propósitos da extensão, entretanto, de modo camuflado aparece o termo de retroalimentação para justificar a forma dialógica defendida pelo autor. Nesse mesmo período 1987, forma-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, passa a existir uma organização para representar os interesses e a prática da extensão.

Foi a partir do surgimento do Fórum que se criou um conceito para extensão e atribuiu a denominação de terceira função da universidade responsável pela articulação entre ensino e pesquisa:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001)

¹ Acontecimento histórico que surge na América Latina na década de 1960, no Brasil foi representado pelo governo de Getúlio Vargas.

Com a organização do Fórum emerge outra forma de fazer extensão, voltada ao compromisso social, preocupada em entender os problemas existentes e tentando trazer novas alternativas para superá-los, propõe a relação da comunicação entre universidade e sociedade, ensino – pesquisa - extensão.

- **AS CONCEPÇÕES E SUAS CARACTERÍSTICAS**

Para relembrarmos o percurso histórico feito pela extensão universitária até chegar ao momento que estamos hoje Jezine (2006) resume dizendo:

A análise histórica demonstra que a extensão universitária se origina a partir das necessidades dos excluídos sociais, dos que não possuem acesso à educação escolarizada, dos que teimam em ter voz diante das angústias produzidas pelo capitalismo. Advinda do movimento das universidades populares na Europa, a extensão é concebida como ação participativa pelo movimento estudantil da América Latina, passando a ser requisitada e apropriada pelo poder dominante como elemento capaz de atender as demandas requeridas pela sociedade do capital. Contudo, resguarda em sua história e concepção filosófica a dimensão da luta e da resistência própria dos sujeitos que a constituíram. (JEZINE, 2006:10-11)

A leitura da necessidade de realizar extensão universitária, gerada pelo movimento universitário, nos permite identificar no percurso histórico da extensão universitária como cada uma das concepções apontava para atender a uma perspectiva diferente, pois, em seu desenvolvimento o ato de estender apresentou divergências importantes, que contribuíram para elevar a compreensão de qual realmente é a função da universidade, ao se comprometer com a sociedade através da concretização de programas e projetos de extensão.

Segundo Jezine 2004, das diversas maneiras de expressões das ações extensionista, podemos destacar nas últimas décadas três concepções que caracterizam essas atividades universitárias: a concepção assistencialista, a acadêmica e a mercantilista:

No contexto histórico dos últimos 30 anos, no Brasil, mudanças políticas, econômicas e sociais têm ocorrido, influenciando nas discussões teóricas de caracterização ou não da extensão como uma função da universidade, formulando-se três concepções de extensão universitária, quais sejam: a concepção assistencialista,

a acadêmica e a mercantilista, que construídas historicamente se corporificam no exercício da prática curricular das atividades universitárias e expressam diferentes perspectivas ideológicas de universidade-extensão universitária e da relação universidade e sociedade. (JEZINE, 2004:332)

No entanto, para a compreensão das finalidades e maneira de realização das práticas curriculares das atividades universitárias é importante levar em consideração os contextos históricos que a sociedade e a própria universidade apresentam desde o surgimento dessas práticas passando pelas transformações que as atividades sofreram ao longo dos anos.

Por exemplo, o modo inicial de fazer extensão universitária parte da concepção assistencialista, que é criticada por tomar para si o a responsabilidade de atender as demandas sociais. Segundo Jezine (2004) essa abordagem se torna alvo de questionamentos no momento que as atividades e eventos são organizados de modo a atender as necessidades emergenciais, pois:

Evoca a si responsabilidades de intervenção extramuros a partir do argumento do “compromisso social” da universidade, muitas vezes substitutivos da ação governamental. Refere-se à influência do modelo americano de extensão cooperativa, incorporada à prática universitária como prestação de serviços sob a forma de cursos práticos, conferências e serviços técnicos e assistenciais. (JEZINE, 2004:333)

Além disso, para Serrano (2008), a extensão universitária se desmembra na tendência tradicional de ensino, caracterizada pela hierarquização quando o assunto era a transmissão do conhecimento e ensinava-se apenas o que era essencial para resolver de forma prática aos problemas sociais, em concordância Sampaio (mímeo) afirma que, a extensão universitária influenciada pelo modelo dos Estados Unidos investia na “forma de prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, educação permanente, cursos noturnos, entre outras opções”, a formação técnica que aparece com grande intensidade e transmissão do conhecimento destinava-se a programas de desenvolvimento. Castro (2004), entende essa prática como conhecimento-regulação:

O conhecimento-regulação traz consigo as idéias do desenvolvimento da técnica e da ciência enquanto produtora de saber para este mercado, saber quase sempre chamado de descontextualizado, mas que na verdade se adéqua às necessidades de quem ordena, o mercado. O saber, neste caso, é aquele que é dominado pela comunidade científica tendo havido, novamente, a recusa da experiência. O colonialismo é a forma de ignorância e a ordem é o saber. Aqui, o outro é tratado como objeto e não tem contribuição nenhuma a dar, exceto ele próprio. (CASTRO, 2004:2 - 3)

O esforço para se tornar produtora e disseminadora do conhecimento atribui a universidade o dever de ensinar para a sociedade como as ações deviam ser desenvolvidas, por isso, os investimentos em cursos e palestras eram muito freqüentes e a iniciativa partia sempre da universidade, que destinava parte de suas descobertas e construção do saber, para transmitido e ensinado aos que não faziam parte dela. Ensinar as técnicas de cuidados com a terra e o gado são exemplos práticos do modelo tecnicista que desencadeia da concepção assistencialista.

O modo assistencialista de mediar à relação entre universidade e sociedade é pautado no pressuposto da superioridade científica em detrimento do senso-comum para produção de conhecimento, não enxergam no saber popular a possibilidade para criação de conceitos acadêmicos, “a universidade com seus saberes científicos, destina-os à população desprovida de conhecimentos e recursos, a fim de suprir necessidades sociais, atender demandas e resolver os problemas sociais gerados pelo capital” (Jezine, 2006:7). Por conseguinte, a obsessão de demonstrar superioridade tem levado a ciência a produções exageradas, sem refletir suas conseqüências, pois, segundo Castro, 2004:

A ciência moderna tem sido pouco cuidadosa na análise das conseqüências dos atos produzidos por ela. É essa ausência que permite a exploração cientificamente fundada da natureza até a destruição da terra e do homem pela opressão. O Conhecimento produzido não é, em nenhum momento, neutro e deve ser pensado em concomitância com suas conseqüências para que os caminhos possam ser reformulados. (CASTRO, 2004:2)

A reformulação desses caminhos só irá acontecer se enxergarmos a necessidade de organização na gênese do “pensar e fazer da extensão universitária” (JEZINE, 2006). Pois, ao pensarmos em retribuição para a sociedade devemos considerá-la não como simples objeto de pesquisa, mas, como sujeito participante, crítico e autônomo, que oferece a matéria-prima

para a construção de novas formas de pensamento e que precisa participar das reflexões sobre seus problemas, transformando sua práxis.

Compreender a importância de pensar a extensão universitária a partir da reflexão dessa relação teoria-prática para a construção de conhecimentos emancipatórios que, oportuniza o sujeito pensar e conduzir suas escolhas a partir da reflexão da realidade em um processo de ensino-aprendizagem que decorre da troca de saberes, atribui sentido e significado a todas as ações realizadas e destaca a relevância da indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão.

Os conhecimentos emancipatórios segundo Castro (2004:2) em diálogo com Boaventura Santos (2001) “é aquele conhecimento que pensa as consequências de seus atos, que a relação sujeito-objeto é substituída pela reciprocidade entre os sujeitos e onde a solidariedade e a participação estão presentes”.

Pensar em extensão para além do estender é isso, criar ambientes de interação, onde a missão social está em promover transformações através da relação dialógica de ensino, na qual a aprendizagem está para além do acúmulo de conteúdo e procura problematizar as situações em busca de novos caminhos, conduzindo para autonomia das ações:

Para ser emancipatório, além de deixar de ser objeto, é preciso que o processo de ensino-aprendizagem, e aí considero a extensão como um processo de ensinar e aprender, permita que os sujeitos caminhem com as próprias pernas, questionem porque conhecem ou desconhecem, saibam agir e intervir, sejam capazes de crítica e de projetos próprios, onde o professor é um orientador do processo de questionamento dos sujeitos envolvidos (DEMO 2000 APUD CASTRO, 2004).

Deste modo, podemos afirmar que as intervenções desempenhadas através da extensão universitária devem propor a realização de atividades que promovam a autonomia, que transcende ao que está posto através da conscientização e tenta romper com as divisões “A ação extensionistas requer algo mais que o simples estudar o objeto, passa a exigir, para sua execução um envolver-se, rompendo com dicotomias teoria-prática, senso comum-consciência filosófica, universidade-sociedade.” (JEZINE, 2006:11).

É nesse contexto que a concepção acadêmica de extensão ganha fôlego, apostando na relação entre o saber popular e científico através de um processo educativo buscando a

produção do conhecimento, revelando a importância de construir essa afinidade por meio da relação dialógica.

A função acadêmica segundo Jezine (2004), não rompe com o trabalho junto à comunidade, os problemas sociais continuam sendo objeto de estudo e intervenção, mas, agora são construídos a partir dos objetivos criados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, pois, existe a preocupação em acabar com a unilateralidade do saber que parte da universidade para a sociedade:

[...] há a preocupação em auscultar as expectativas produzidas pela sociedade, bem como em valorizar o contexto em que as atividades se inserem, na busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico possa se associar ao saber popular, a teoria à prática, em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e fazer. (JEZINE, 2004:335)

É importante ficar claro que com a relação universidade-sociedade o que se pretende é o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo, através das experiências teoria-prática, pensar-fazer, mantendo a indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão:

Tarefa que se torna desafiante para a extensão, pois sem ter a função específica do ensino, deve ensinar, sendo elemento de socialização dos conhecimentos. E sem ser pesquisa, deve pesquisar para buscar os fundamentos das soluções dos problemas da sociedade. Nesse sentido, a interação ensino-pesquisa-extensão são os pilares que alicerçam a formação humana/profissional, bem como a interação universidade sociedade, no cumprimento da função social da universidade. (JEZINE, 2004:335)

No entanto, segundo Jezine (2004) em meio as mudanças econômicas e políticas da globalização a abertura de mercados, flexibilização do trabalho e redução dos gastos do Estado com as instituições sociais, ocorridas no contexto da sociedade brasileira a partir das políticas neoliberais faz surgir outra forma de conceber a extensão universitária, voltada à prestação de serviços, mas, contaminada pela competitividade de mercado.

Segundo Jezine 2004, na concepção mercantilista, a articulação da universidade com a nova estrutura de Estado e sociedade, propõe para extensão não só outra forma de financiamento de suas ações abandonando a prestação de serviços gratuitos, mas também,

contrariando as propostas das Pró-Reitorias alicerçadas no pensar e fazer, na indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão como agentes de transformação.

Todavia, é por meio dos convênios que acontece a mediação da universidade com os setores privados da sociedade globalizada, “acentua-se a dimensão exterior à universidade frente às novas exigências, o produto da universidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada, e a extensão passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial” (Jezine, 2004:336), essa forma mercantilista de praticar a extensão acaba gerando a desigualdade de acesso, pois, a partir do momento que taxas são cobradas para poder acessar os serviços muitas pessoas são excluídas por não poderem pagar por eles.

Portanto, podemos considerar que dentre as concepções apresentadas e as características que cada uma possui, o fator de maior influencia sobre como serão desenvolvidas essas práticas curriculares é o momento histórico no qual cada uma surge, pois, isso interfere a articulação do seu “que fazer” com seu o “como fazer”.

CAPITULO II

AS BASES LEGAIS DAS PRÁTICAS CURRICULARES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DA EXTENSÃO

Para este capítulo destino algumas reflexões sobre como deve ser construída a relação universidade e sociedade amparada pelos elementos legais que orientam a conexão entre a comunidade e a instituição de ensino superior, ressaltando as bases que justificam as ações extensionistas em meio suas diferentes razões de existir e afirmar.

- **UNIVERSIDADE X SOCIEDADE**

A universidade tendenciosamente reflete algumas alterações da sociedade ou vice-versa, quando estudamos o fenômeno da extensão universitária vimos que ela aparece com características e funções diferentes para de algum modo tentar aliviar os problemas sociais, claro que as formas de desenvolver as intervenções sofrem influencias do contexto histórico que a sociedade está vivendo, por isso, as ações acontecem de forma distintas e suas finalidades também não são as mesmas.

Por muito tempo, a universidade foi vista como redentora da sociedade, cujo conhecimento produzido era indubitável, felicitavam-se os que dela faziam parte, única forma acabada e inquestionável de produzir cultura, porém, o que percebemos agora segundo Jezine (2002), são questões inacabadas gerando a tensão que a universidade enfrenta e o questionamento da sua legitimidade frente às questões surgem na sociedade.

Ao pensarmos na palavra tensão, que surge a partir da crise, logo nos remetemos a uma situação de incertezas e dúvidas, mas, nos esquecemos que esse pode ser um momento de mudanças positivas, pois, com o problema explicitado podem surgir opiniões que quem sabe ficam mais próximas para apontarmos uma solução.

Podemos justificar o acontecimento dessa crise na relação universidade x sociedade como consequência do modo como a universidade concebe o conhecimento, pois, quando a universidade surgiu pensava-se em disseminação da ciência, de um saber científico ímpar, capaz de solucionar e responder todas as questões, porém, o que acontece é o contrário, percebe-se que a universidade não é a única capaz de entender e apresentar soluções, pois, existem na sociedade diferentes culturas e um saber popular muito forte, que devem ser respeitados.

De modo que, podemos afirmar que o modo como a sociedade identifica-se como o seu saber popular é o que corrobora para o tipo de universidade que se desenvolve , que assume sua crise, por perceber que não dá conta de resolver sozinha as novas demandas sociais:

[...] dá-se também o descrédito no saber e no conhecimento científico, a perda da função social do intelectual, o desprestígio da educação de formação humanista e das instituições clássicas de ensino como a família, a escola, que perdem o poder de transmissão e reprodução de valores e conceitos sobre o mundo, tarefa transferida para a “mídia de massa”, que tende a apresentar acontecimentos de forma personalizada, emotiva e espetacular, como simples consumo de atualidades e cobertura de fatos, em que tudo parece “normal”.(JEZINE, 2002:01)

Santos (1995) *apud* Jezine (2002) afirma que existem três tipos de crises acontecendo com a universidade “a de hegemonia, a de legitimidade e a institucional”:

A crise se inicia no pós-guerra e, sobretudo a partir dos anos sessenta, quando se evidenciam as dicotomias: alta cultura-cultura popular; educação-trabalho; teoria-prática, constituindo hoje, o cerne da crise de hegemonia das universidades.

A crise de hegemonia gera a crise da legitimidade que põe em xeque os destinatários e a própria aceitabilidade do conhecimento pela sociedade, inicia-se quando se torna socialmente visível que a educação superior e a alta cultura são prerrogativas das classes superiores e passa-se a questionar para quem e para quê serve o conhecimento produzido pela universidade?

E a crise institucional acontece pela falta de identidade, autonomia e estrutura organizacional, nela repercutindo tanto a crise de hegemonia, como a crise de legitimidade. (JEZINE, 2002:02)

A crise ao que parece, surge devido a necessidade de entender para que e para quem se faz ciência, se apenas a classe mais favorecida deve ter acesso aos conhecimentos como aceitá-los em meio justificativas do senso comum para explicar os fenômenos? Quando a crise

institucional surge é para dizer que a universidade não se afirma mediante a hegemonia e legitimidade na forma de produzir conhecimento tendo como referencia apenas uma parte da sociedade.

Buarque (1994) *apud* Castro (2004) faz sua crítica sobre essa questão e afirma:

A crise da universidade está também, segundo Buarque, “em muitos casos, na perda da capacidade para definir corretamente os problemas aos quais a formação e as pesquisas devem servir”, ou seja, para que, para quem e como devemos produzir e difundir conhecimento. (BUARQUE (1994) *apud* CASTRO 2004:1)

Deste modo, a necessidade de repensar essas questões aparece e defende que não existe uma cultura superior a outra, o senso – comum pode sim servir de base para construção do saber acadêmico, pois, as pessoas não têm seus níveis de inteligência medida com base na sua árvore genealógica, ou pela camada social a qual pertence.

A relação entre o saber popular e o científico oferece subsídios para pensarmos em como as ações devem ser planejadas para que haja a superação, pois, a crise existe para repensarmos o que não está dando certo e mudarmos a direção das ações que estão sendo desenvolvidas.

[...] em sua formulação conceitual os princípios da liberdade e emancipação, se fazem presentes, quando se entende a extensão universitária como elemento articulador da relação com a sociedade, e da relação teoria e prática, pois tem sua base na ação coletiva, que busca viabilizar os direitos sociais declarados e garantidos em Lei, pois a partir do compromisso social de quem pensa e faz a extensão universitária pretende-se superar as desigualdades sociais. (JEZINE, 2006:11)

Portanto, não devemos pensar a universidade a partir de uma forma preconceituosa de construção social, pois, a universidade e sociedade devem manter uma relação dialógica, para que os problemas sejam enfrentados e não refletidos de uma para outra. Pensando em como promover esse diálogo, a extensão universitária surge e através de sua práxis demonstra o que é fazer parte de um círculo de trocas. Conseqüentemente para mediar a relação com a sociedade as instituições de ensino superior se organizam, buscam apoio na legislação criam uma representação geral e regimentos para estabelecer e fundamentar suas ações junto a população através da extensão universitária.

- **AS CONTRIBUIÇÕES DO PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO PARA A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE**

Com o Fórum de Pró-Reitores a extensão universitária ganha mais respaldo, pois, essa nova organização que tem representatividade em grande parte das universidades brasileiras, delibera algumas diretrizes que vão orientar o modo como deve se conduzir e conceituar a práxis pedagógica advinda da extensão:

O período compreendido entre 1993 e 1994 caracteriza-se como uma fase de diálogo e forte articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e Desporto (MEC), em especial por meio do Departamento de Política do Ensino Superior (DEPES). A SESu cria, em abril de 1993, a Comissão de Extensão Universitária, com o objetivo de elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES. (Brasil, 2007)

Apointa para a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e apresenta a retroalimentação, a relação dialógica entre a sociedade e universidade, amparada pela legislação, pois, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, Cap. III Seção I da Educação, no Art. 207 que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Por isso, entende-se que cabe a universidade o papel de intermediar o diálogo entre o saber produzido cientificamente e o conhecimento popular.

Em 2000, aparece nesse contexto de diretrizes para organizar o modo de planejar e conduzir a extensão, o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNExt.), criado com o apoio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, que tem na fundação do Programa Universidade Cidadã o ponto inicial para elaboração desse plano nacional:

[...] a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade. (PNExt., 2000/2001)

O Plano Nacional de Extensão Universitária possui parâmetros fundamentados também na LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Cap. IV, Art. 43º, Art. 44º, Art. 52º, Art. 53 e Art. 77º. A LDB nº 9394/96 se refere sobre a função do ensino superior ligado a extensão universitária dentro dessa relação universidade-sociedade:

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade: - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Art. 44º. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (LDB nº9394/96)

Para evidenciar a relevância do pensamento de reciprocidade e de relação dialógica, da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o Fórum de Pró-Reitores apresenta junto ao MEC, em concordância com a ideia de lançar suas metas assim como acontece com o Plano Nacional de Educação, promovendo a divulgação de seus objetivos, sempre relatando a importância de priorizar a política da autonomia universitária e a característica da extensão como atividade acadêmica articuladora do ensino e pesquisa, sociedade e universidade. Partindo dessa ideia de conexão são diretrizes, metas e estratégias do PNExt 2011 – 2020:

Art. 3º São diretrizes do PNExt: I - inserção da dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes e na construção do conhecimento; II - engajamento da universidade com a sociedade, mediado por uma relação bidirecional de mútuo desenvolvimento;

Anexo I METAS E ESTRATÉGIAS Meta 10: Assegurar, até 2015, a incorporação nos projetos pedagógicos de todos os cursos de graduação (conforme previsto na grande maioria das diretrizes curriculares das áreas) o desenvolvimento, pela extensão, dos seguintes aspectos formativos: conhecimento da realidade nacional, pensamento crítico, cidadania ativa, trabalho em equipe, senso de solidariedade e justiça social. Estratégias: 10.1) Promover a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação à luz das diretrizes curriculares da área, a fim de favorecer a inserção da extensão como estratégia formativa. (PNExt 2011 – 2020)

Portanto, as propostas que estão inseridas no plano de 2011-2020 para a extensão universitária no Brasil é um documento que merece respaldo, já que a partir do ano 2011, deverá ser pensado e escrito com a contribuição de representantes de todas as universidades brasileiras, abrangendo também os discentes, desse modo, podemos pensar que as

dificuldades serão discutidas e as sugestões de como melhorar a forma de conduzir o processo de realização da extensão universitária nas universidades brasileiras serão melhor planejados.

- **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

Fundada há 28 anos, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) possui 29 Departamentos situados em 24 campi, representa a maior instituição pública de ensino superior da Bahia, sua administração central é sediada em um dos Departamentos e está localizada em Salvador e através dos outros 28 departamentos faz representação em todas as regiões do estado da Bahia.

Com a oferta total de 150 opções de cursos distribuídos entre os 29 departamentos, a UNEB oferece aulas nas modalidades presencial ou educação à distância, destaque também para oferta dos cursos stricto sensu de mestrado e doutorado em alguns dos departamentos. Além de ser uma instituição que tem representatividade em quase todos os 417 municípios baianos, pois, a partir de apoios de associações públicas e privadas desenvolve ações e programas extensionistas que envolvendo as localidades vizinhas aos seus Departamentos.

Dentre os órgãos que compõem a administração da universidade existe um órgão de administração superior denominado Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, que na Seção II Art. 13º diz:

Art. 13. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, ao qual, como órgão consultivo e deliberativo, compete definir a organização e funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos de administração superior e setorial da Universidade, tem a seguinte composição:

I – Reitor como Presidente; II – Vice-Reitor como Vice-Presidente; III – Pró-Reitores incumbidos das atividades relacionadas com ensino, pesquisa e extensão; IV – Diretores de Departamento; V – Coordenadores dos Colegiados de curso de graduação, seqüencial, Mestrado e Doutorado; VI – representantes do corpo discente, correspondendo a um total de doze por cento deste Conselho. (UNEB REGIMENTO GERAL: 11 - 12)

Mesmo compreendendo a importância em manter organização e a indissociabilidade o CONSEPE se sub divide em câmaras como consta no Art. 14º, aparecendo de modo específico uma câmara de Extensão que de acordo com o § 3º atribui a esta:

§ 3º. A Câmara de Extensão é o órgão responsável pela análise e proposição da política de extensão e de diretrizes para os programas de integração da Universidade com a comunidade e com outras universidades, observado o princípio de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, emitindo pareceres e propostas de resolução, deliberando, na forma delegada, sobre os pleitos que lhe sejam submetidos pelo Presidente. (UNEB REGIMENTO GERAL: 12)

Das competências do CONSEPE referentes ao Regimento Interno desse órgão da administração podemos perceber uma interdependência com o Conselho Universitário (CONSU) que corroboram para a indissociabilidade dos três pilares da universidade, por isso destacamos do Art. 15º:

I – propor ao CONSU as diretrizes de ensino, pesquisa e extensão para a formulação da política geral da Universidade; II – propor as diretrizes da política universitária, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, indicando as áreas prioritárias e estabelecendo programa institucional de permanente avaliação; XII – estabelecer as normas e as diretrizes sobre a organização e o funcionamento dos cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão, de natureza regular ou especial e nas modalidades presencial, semipresencial e à distância, submetendo-as à aprovação do CONSU; XIII – propor normas complementares ao Estatuto e ao Regimento Geral no que tange ao ensino, pesquisa e extensão; XVI – exercer quaisquer outras atividades pertinentes à supervisão e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem atribuídas; (UNEB, REGIMENTO GERAL:12 -13)

Porém, quem gerencia, assessora, acompanha e avalia de modo mais particularizado a forma como a extensão está sendo desenvolvida é a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) que segundo o Art. 42º do regimento é competente por:

Art. 42. A Pró-Reitoria de Extensão – PROEX é o órgão da Administração Superior da Universidade, responsável pelo gerenciamento, assessoramento, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas com as funções sociais, culturais e artísticas de natureza extensionista da Universidade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão. (UNEB, REGIMENTO GERAL:27)

Segundo a Pró-Reitoria de Extensão da UNEB “suas propostas são direcionadas ao atendimento das questões sociais, educacionais, culturais e econômicas da comunidade baiana, as ações extensionistas da UNEB são criadas pelo grupo acadêmico atentos às áreas temáticas determinadas nacionalmente: Educação, Cultura, Comunicação, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Trabalho e Saúde.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) reafirma o compromisso e a responsabilidade social com sua atuação junto a agentes sociais, entre eles profissionais de educação, com destaque para as classes excluídas historicamente e minoritárias, a exemplo dos assentados, acampados, indígenas, detentos, quilombolas, mulheres, crianças e adolescentes em situação de risco. (PROEX – UNEB)

Dentre as competências da Pró-Reitoria de Extensão podemos apresentar as seguintes:

Art. 43. Compete à Pró-Reitoria de Extensão: VI – promover junto a entidades interessadas, públicas ou privadas, a realização de programas de extensão, em consonância com a política universitária; VII – promover junto a órgãos financiadores a viabilização econômica ou tecnológica dos projetos de extensão elaborados pela UNEB; VIII – analisar e emitir parecer técnico sobre projetos de extensão docente aprovados pelos Departamentos, adotando mecanismos e procedimentos de acompanhamento e avaliação; (UNEB REGIMENTO GERAL:28)

Conforme entendemos as atribuições da PROEX dentro da universidade, o processo seguinte é conhecer a finalidade dos Departamentos na propagação das ações extensionistas, seguimos então, com o regimento que no seu Art. 51º referente às competências dos Departamentos relatando que, os programas de ensino, pesquisa e extensão, devem estar articulados as necessidades da região, apresentar de maneira estruturada o andamento dos projetos, a justificativa para seu desenvolvimento, contendo também suas características e área temática a qual pertence, todos os projetos em elaboração e em execução devem apresentar-se ao Departamentos obedecendo a estes critérios e a criação dos projetos são de responsabilidade dos docente de cada curso.

Todos os Departamentos tem em sua estrutura uma coordenação específica referente à pesquisa e extensão universitária, o NUPE - Núcleo de Pesquisa e Extensão que tem por finalidade: Art. 55. O Núcleo de Pesquisa e Extensão é órgão vinculado ao Departamento e

tem por finalidade estruturar e coordenar as atividades de pesquisa e extensão, incentivar e divulgar a produção científica do Departamento. (UNEB REGIMENTO GERAL:33)

Na Subseção I nos § 2º e 3º do Art. 55, são definidos os pré-requisitos que deverão ser atendidos no momento da escolha do coordenador do NUPE, determina-se que a escolha seja feita entre mestres ou doutores, com carga horária de quarenta horas ou em regime de dedicação exclusiva, pois, para o cargo de coordenador o docente deverá dedicar vinte horas da sua carga horária a este setor.

Portanto, percebemos que para manter a sintonia em uma estrutura como a da UNEB, a distribuição das responsabilidades referentes as atividades extensionistas que a universidade se propõe a realizar junto a comunidade baiana, requer compromisso dos vários órgãos que integram essa instituição, correspondente ao que a sociedade espera de um organismo comprometido com a produção e disseminação do conhecimento.

- **PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CAMPUS IV UNEB**

A criação do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV tem a sua gênese na faculdade de Formação de Professores de Jacobina (FFPJ) esta entidade autárquica, vinculava-se à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, criada em 19 de setembro de 1980, mas com a criação da Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia – SESEB, estas e varias outras autarquias foram extintas em 30 de dezembro do mesmo ano. Todavia, segundo os registros da UNEB, em 1983, a SESEB também foi extinta para surgimento da Universidade do Estado da Bahia:

[...] autarquia de ensino superior ligada à Secretaria de Educação e Cultura. A UNEB é reconhecida através da Portaria No. 909/95 de 31/07/1995 do Ministério da Educação e do Desporto, caracterizando-se por ser modelo *multicampi*, isto é, uma Universidade constituída de um campus central e vários campi distribuídos em alguns municípios, compondo uma Unidade Administrativa e Pedagógica, respeitando-se a autonomia acadêmico-administrativa e financeira de cada unidade de ensino. (UNEB)

O curso de Licenciatura Curta em Letras foi o primeiro curso oferecido pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus IV que hoje, é composto pelos cursos de Bacharelado em Direito, História, Licenciatura Plena em Geografia e Educação Física que, através de ações extensionistas, como palestras e cursos vem tentando aproximar a sociedade dos conhecimentos produzindo nesta instituição.

Como o nosso objeto de estudo está diretamente ligado ao curso de Educação Física, devemos então, nos aproximar da sua razão de existir. Criado em 2005 o curso “pretende oferecer aos alunos uma sólida formação teórica e prática que favoreça a reflexão contextualizada sobre os principais problemas da Educação Física (EF) e aponte possibilidades para a atuação de cada profissional em seu campo de trabalho”. (COLEGIADO DE EF, 2006:41)

De acordo com o projeto de implantação do curso, fica definido que:

O Curso de Educação Física do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV da UNEB deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico e filosófico e pautada no princípio ético, possibilitando ao egresso/professor: Utilizar a pesquisa e extensão enquanto meios de analisar e interpretar a Educação Física na sociedade. (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE EF 2006:43)

Por falar em ações extensionistas, desde 2006 o curso de Educação Física do Campus IV – UNEB, apresenta em seu percurso um total de 12 ações entre programas e projetos de extensão se considerarmos os momentos que vão desde o planejamento passando pela execução até a conclusão.

Segundo Pimenta e Lima (2009) o planejamento é indispensável, “é o momento em que se deve criar a possibilidade de envolvimento de todos tendo em vista o alcance dos objetivos definidos”, portanto, deve estar presente não apenas no início, pois, as ações dos projetos e programas precisam ser acompanhadas e avaliadas e essas fases corporificam o planejamento.

No campus IV, por semestre são disponibilizadas para cada curso apenas três bolsas para monitoria de extensão, que devem estar em concordância com o regulamento do programa de bolsas de extensão da PROEX-UNEB. Ainda segundo o regulamento o NUPE e

a comissão departamental são os responsáveis por divulgar as vagas de monitoria, a seleção e divulgação dos resultados, ficando a critério desses dois setores o modo como será realizada a seleção referente aos projetos dos docentes, que oferecerão bolsas para cada semestre.

Se levarmos em consideração o número de bolsas oferecidas para a quantidade de projetos existentes numa universidade, fica mais fácil entender o porquê da disparidade entre a quantidade de estudantes matriculados nos cursos de um modo geral e de discentes envolvidos com a extensão universitária, outra questão que pode ser repensada é referente a como dá continuidade aos projetos e programas de extensão.

O quadro a seguir trás o demonstrativo dos projetos e programas, com algumas informações adicionais:

QUADRO I: PROJETOS E PROGRAMAS DE EXTENSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNEB, CAMPUS IV.

PROJETO / PROGRAMA	OBJETIVO	COORDENADOR (A)	PARTICIPAÇÃO(DOCENTE/ DISCENTE)	PÚBLICO ALVO	PERÍODO
Vivências Corporais Alternativas	Favorecer a integração entre as comunidades acadêmica e extramuros, através da oferta de atividades inclusivas corporais e de lazer.	Prof. Esp. Salomão Cleômenes Lima Costa	1 discente por semestre letivo	50 adultos da Comunidade acadêmica e pessoas dos bairros circunvizinhos ao Departamento	2006.1 2006.2
Práticas Corporais Alternativas	Favorecer a integração entre as comunidades acadêmica e extramuros, através da oferta de atividades inclusivas corporais e de lazer.	Prof. Esp. Salomão Cleômenes Lima Costa	1 discente por semestre letivo	40 adultos da Comunidade acadêmica e pessoas dos bairros circunvizinhos ao Departamento	2007.1 À 2011.1
Basquetebol para cadeirantes, como forma de inclusão social	Oportunizar e incentivar a prática esportiva para cadeirantes que se interessem pelo basquetebol como uma prática de inclusão e organização social politizada.	Prof. Esp. Francisco de Sales Araújo Souza	1 discente por semestre	Comunidade Local formada por pessoas com Deficiência - Cadeirantes	2008.1 2009.1
Jacobina Ativa: um movimento pela saúde – 1ª Edição	Proporcionar à comunidade Jacobinense um momento de integração com o curso de Educação Física, oportunizando o acesso à atividades de ações que favoreçam o bem estar social e adoção de um estilo de vida	Prof. Esp. Francisco de Sales Araújo Souza	30 discentes	200 pessoas da Comunidade Jacobinense entre crianças, jovens, adultos e idosos.	2008.1

	mais ativo.				
Escolinha Comunitária de Esportes	Desenvolver na comunidade de Jacobina e Região a aprendizagem esportiva e a reflexão sobre o fenômeno esportivo em nossa sociedade pensando numa formação cidadã.	Prof. Ms. Fábio Santana Nunes	1 discente	50 pessoas da comunidade Jacobinense entre crianças, jovens.	2008.1
Laboratório de Avaliação e Prescrição de Exercícios	Oportunizar ao aluno um aprofundamento de seus conhecimentos em Avaliação Física e Prescrição de Exercícios.	Prof. Esp. Normando Raimundo de Lima Junior	1 discente	Comunidade acadêmica e pessoas dos bairros circunvizinhos ao departamento.	2009.1
Jacobina Ativa: um movimento pela Saúde – 2ª edição	Proporcionar à comunidade Jacobinense um momento de integração com o curso de Educação Física, oportunizando o acesso à atividades de ações que favoreçam o bem estar social e adoção de um estilo de vida mais ativo.	Prof. Esp. Ricardo Franklin de Freitas Mussi	30 discentes	200 pessoas da comunidade Jacobinense entre crianças, jovens, adultos e idosos.	2010.1
Cine – esporte: Os Filmes que nos ensinam sobre Educação Física	Refletir sobre o fenômeno esportivo em nossa sociedade pensando numa formação cidadã.	Prof. Ms. Fábio Santana Nunes	1 discente	Comunidade acadêmica do curso de Educação Física.	Início 2010.2
Atividade Física e Saúde Mental	Oportunizar ao aluno um aproveitamento de seus conhecimentos em Saúde Mental	Prof. Esp. Ricardo Franklin de Freitas Mussi	1 discente	Usuários dos serviços de atenção à saúde mental do Centro de atenção Psicossocial de Jacobina	2011.1
Atividade Física no Programa de Saúde da Família - PSF	Criar condições para um bom desenvolvimento educacional e prático quanto a prática das atividades físicas na população atendida pelo PSF	Prof. Esp. Ricardo Franklin de Freitas Mussi	1 discente	Usuários dos serviços de atenção primária à saúde na Unidade Básica de Saúde de Jacobina contemplada.	2011.1
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Física, Cultura e Saúde – GEPEECS	Promover a melhoria da qualificação profissional do grupo de estudantes e consequentemente estimular a produção científica.	Prof. Esp. Rafael Leal Dantas Estrela Prof. Esp. Ricardo Franklin de Freitas Mussi Prof. Ms. Angelo Maurício de Amorim	10 discentes	Comunidade acadêmica do curso de Educação Física	2011.1
Escolinha Comunitária de Esportes	Desenvolver na comunidade de Jacobina e Região a aprendizagem esportiva e a reflexão sobre o fenômeno esportivo em nossa sociedade pensando numa formação cidadã.	Prof. Ms. Fábio Santana Nunes Prof. Ms. Angelo Maurício de Amorim	2 discentes	500 pessoas da comunidade Jacobinense entre crianças, jovens.	2011.1

Fonte: Colegiado de Educação Física da UNEB, campus IV.

Com essa apresentação parcial referente às propostas de extensão no curso de Educação Física, já podemos imaginar o quanto a próxima tarefa será arriscada, pois, precisamos entender a dinâmica a qual esses projetos/programas estão sujeitos, para tentarmos identificar de qual concepção de extensão eles se aproximam através do diálogo com literatura e as formas de desenvolver essas atividades curriculares através da extensão universitária.

CAPÍTULO III

OS PROJETOS DO CURSO EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO

Para termos acesso aos projetos do curso de Educação Física realizamos várias tentativas junto ao NUPE – Campus IV – UNEB até conseguimos uma cópia de apenas 7 projetos dos já citados 12 projetos existentes que estão arquivados neste setor do Departamento Ciências Humanas, sendo, portanto, este capítulo destinado a apresentação dos projetos e identificação de suas concepções de extensão.

Segundo Jezine (2004) as ações extensionistas podem ser classificadas em três concepções diferentes de acordo com as perspectivas de suas iniciativas, temos então a concepção assistencialista, a concepção acadêmica e a concepção mercantilista. Logo, essa classificação está diretamente ligada ao modo como são planejadas, desenvolvidas e aos resultados esperados com essas ações junto à comunidade.

Para este estudo no momento de escolher qual o material seria examinado um dos critérios foi incluir todos os projetos e programas que o curso de Educação Física vem desenvolvendo desde sua implantação. Para tanto, temos doze projetos, mas apenas sete arquivados no NUPE, o que nos informaram nesse setor sobre essa situação fora apenas em relação a um dos projetos que, segundo a secretária “o professor não pertence mais a instituição e não tem mais arquivo em nome dele”.

Com esse material em mãos, outro critério adotado fora o de tentar sermos razoáveis na caracterização, considerando alguns esforços e fragilidades com qual cada processo de intervenção foi elaborado, porém, compreendemos que a extensão tem que ser “percebida como mecanismo de cumprimento de sua função acadêmica, sendo considerada como elemento articulador da relação ensino e pesquisa, universidade e sociedade”. (JEZINE, 2005:2)

A opção pela análise de conteúdo/análise da enunciação (MINAYO, 2010) se deu pelo fato de que a nossa intenção é a descrição do teor de cada projeto, nossa consideração será

sobre o que realmente está escrito, não nos cabe imaginar como essas práticas curriculares foram, são ou serão procedidas, portanto, temos que nos concentrar elementos que compõem os projetos.

• APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Em concordância com as justificativas, objetivos, metodologias e resultados esperados, fizemos uma descrição dos documentos encontrados.

Para preservação da integridade dos autores dos projetos analisados resolvemos renomear cada um deles como Projeto A, Projeto B, Projeto C, Projeto D, Projeto E, Projeto F e Projeto G.

O projeto A: caracteriza-se segundo seu projeto como necessário a população universitária, pois, pretende modificações na formação acadêmica. Se apresenta como capaz de aprimorar e fornecer os conhecimentos necessários aos discentes para intervir junto à comunidade de Jacobina reconhecendo a realidade e interferindo de forma crítica. Objetiva através de suas práticas uma qualificação profissional, pois, diz que os discentes precisam informar e educar a população sobre determinados aspectos para prevenção, manutenção de hábitos de vida saudável, como a prática regular de exercício físico e para o controle de doenças crônicas como diabetes, hipercolesterolemia, hipertensão arterial e para o combate a obesidade, pois, pretende qualificar os discentes nos estudos referentes à Saúde Coletiva, Fisiologia e Didática aplicada ao processo de educação em saúde. Na estruturação metodológica no que diz respeito à organização das intervenções, está escrito: “pretende-se desenvolver uma prática educativa essencialmente transformadora, através de uma ação problematizadora dialógica e participativa...a intervenção deverá se caracterizar como um processo de ação-reflexão-ação.” (PROJETO A, 2010)

Ao analisar a descrição de suas práticas percebemos que o projeto aponta o princípio da problematização como uma questão orientadora para planejar suas ações junto à comunidade. De modo que, se tratando de uma proposta de intervenção a problematização da

realidade precisa acontecer para que se percebam suas reais necessidades e capacidades de transformações quando se pretende a articulação universidade-sociedade.

Em Freire o princípio da problematização apresenta como sendo “a tarefa do educador, então é problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado”. (FREIRE,1975:81)

O Projeto **B**: Apresenta-se interessado em articular o ensino das disciplinas esportivas com a extensão, pois, pretende auxiliar o discente monitor junto à comunidade de Jacobina e Região no desenvolvimento de ações conscientizadora e reflexiva, relacionada ao fenômeno esportivo. Propõe a materialização das teorias através de práticas pedagógicas baseadas na relação de troca com a comunidade, ou seja, destaca a importância das ações que articulam teoria-prática, a maneira como o projeto faz referencia a participação da comunidade parece determinar que o caminho não é unilateral, partindo da universidade para a sociedade, pois, afirma “ as atividades extensionistas são fundamentais para unirmos os conhecimentos”. Entre os resultados esperados pretende “desenvolver uma metodologia de ensino dos esportes numa abordagem crítica, pensando a prática como afirmação da teoria. Fugindo do ensino do esporte de forma mecânica” e esperando atender a um “público de 240 pessoas da comunidade local em um ano.”(PROJETO B, 2008)

De modo que a articulação entre conhecimentos é justificada quando Silva (1996) apud Araújo e Casimiro (2009:2) afirma que “trata-se do relacionamento entre a teoria e a prática, ou seja, faz com que o conhecimento ultrapasse as salas de aula, indo além, permitindo o aprendizado também pela aplicação, fazendo e praticando.”

Projeto **C**: Ao se identificar como agente problematizador, propõe o desenvolvimento de atividades que oportunizem a interação entre a comunidade atendida pelo PSF e a universidade, através da orientação e desenvolvimento da prática de atividades físicas de maneira segura e benéfica para a saúde que corroborem para melhorias na qualidade de vida desse coletivo. Almejando, modificações no plano de trabalho e a conquista de mais espaço de atuação no setor público de prestação de serviço para profissionais da Educação Física. Afirma-se dizendo que “contribuirá como fonte problematizadora e de dados para posteriores pesquisas, com o importante papel de descrever, conhecer e reconhecer as demandas regionais”, a partir da relação de ensino e aprendizagem, pretende ainda “oportunizar a interação entre a UNEB e a comunidade” através de um trabalho conjunto entre o

coordenador do projeto e os dois monitores, “que contarão com o subsídio financeiro instituído pelo Programa de Monitoria da PROGRAD/GERDE, 2004” (PROJETO C, 2011).

Podemos perceber através da descrição que o projeto foca também as ações contextualizadas, que possam contribuir para a manutenção e melhorias da saúde, de modo que, não seja apenas desenvolvida a extensão, mas, crie subsídios para pesquisa na área da saúde coletiva. E essas pretensões apresentam a defesa pela integração curricular das ações extensionistas com a pesquisa e o ensino, que segundo Castro “Um currículo que incorpore outras atividades, como a pesquisa e a extensão, com certeza terá dado um passo importante para romper com a predominância das disciplinas tradicionais, fechadas em caixinhas, com professores como seus únicos donos.” (CASTRO, 2004:1)

Projeto **D**: segundo a análise do conteúdo o documento define-se como programa de atividades extensionistas é “composto por uma diversidade de ações, apresenta uma preocupação em possibilitar a inclusão e integração da comunidade acadêmica e extramuros. “As sessões de atividades são realizadas através de aulas expositivas “teórico-práticas, de práticas dirigidas e acompanhamento, com devido assessoramento e técnico-pedagógico”. É um projeto que demonstra sua preocupação em relacionar-se com a sociedade, porém, ao descrever suas pretensões, como ação extensionista, não deixa clara como a articulação com o ensino ou a pesquisa será organizada, deixando-o com caráter fragmentado, como uma ação isolada. (PROJETO D).

Autores com Jezine (2006) aponta que as práticas curriculares da extensão pode sim apropriar-se do “compromisso social”, “contudo, o trabalho deve ser encaminhado no sentido de potencializar sua organização política, autonomia e emancipação” e que a ação extensionista deve promover subsídios para o ensino e a pesquisa, porém o projeto referendado não apresenta como se estabelece, ou melhor não descreve sobre a relação ensino-pesquisa-extensão, mesmo em seu delineamento citado sobre teoria-prática aparece fragmentado do ensino e sem critérios para desenvolvimento de pesquisas.

Autores como Hunger (1998), apresenta para nós um delineamento de como as ações extensionistas devem ser organizadas para se relacionarem com o ensino e a pesquisa na tentativa de evitar a caracterização descontextualizada e meramente assistencialista de se fazer extensão:

Se adequadamente desenvolvida e incentivada, a extensão promoverá o crescimento, a transdisciplinaridade e a qualidade das atividades de ensino e pesquisa, deixando de ser vista como um atendimento tópico e assistencialista de mera prestação de serviços à comunidade. Virá principalmente, a ser fonte inspiradora de novos temas para investigação e, como metodologia para o ensino, articulará teoria e prática, configurando novos espaços educativos que complementarão a sala de aula e o laboratório. (HUNGER, 1998:311)

Projeto **E**: Apresenta-se sob uma forma especial que através da prática esportiva pretende incentivar a parte da população de Jacobina que usa cadeira de rodas, a se organizar politicamente e faz referencia a participação da universidade como agente socializador e elaborador da relação conscientizadora, que promove a reflexão crítica e ações que realmente estimule mudanças no modo de oportunizar a inclusão dessa população ao convívio social, evitando a marginalização dessas pessoas. “ É também papel da universidade participar deste esforço da inclusão social propondo formas de intervenção que possibilite a reflexão crítica e a ação politizada em prol da cidadania e respeito às diferenças”. (PROJEO E)

A experiência dos discentes monitores junto a comunidade cadeirante de Jacobina, estimulando a inclusão e autonomia desses pessoas também é segundo Jezine (2004) uma forma de praticar a extensão, o projeto também apresenta uma ideia legal de intervenção, porém, oferece uma outra responsabilidade para a universidade, caracterizando-a como o lugar para desenvolver a inclusão social já que, segundo o que está escrito no projeto os governantes não prestam muita atenção para esta questão, autores como Botomé (1996), Morais (1996) e Marcovitch (1998) criticam a extensão que caminha para substituir a ação governamental, pois, essa forma de conceber o relacionamento entre a sociedade e universidade acaba se distanciando da verdadeira função acadêmica:

[...] a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania. (JEZINE, 2004:335)

Projeto **F**: Descrevo esse projeto a partir do que em seus resultados esperados também se denomina “exercício da cidadania ato solidário para com uma comunidade carente.” Esse

projeto apresenta-se através da prática esporádica com desenvolvimento de ações comunitárias de lazer e socialização dos conhecimentos produzidos na universidade, através oficinas de leitura, massoterapia, recreação, avaliação física, ginástica, dentre outras. Tem como objetivo geral “proporcionar à comunidade jacobinense um momento de integração com o curso de Educação Física, oportunizando o acesso às atividades de ações que ofereçam bem-estar e adoção de um estilo de vida mais ativo.” (PROJETO F). Através do seu planejamento propõe desenvolver múltiplas ações e almeja por meio delas a “aproximação da universidade com a população”.

Segundo Jezine, (2004) a prestação de serviço é uma atividade própria da extensão, porém, quando agrega uma multiversidade de ações em um mesmo espaço acaba resgatando a raiz assistencialista no modo de praticar extensão, pois, esse modo de fazer extensão gira em torno do atendimento de necessidades sociais emergenciais.

Projeto **G**: É uma proposta de intervenção que objetiva oferecer experiências ao estudante no espaço não formal. Na análise do seu conteúdo foi possível identificar uma preocupação em desenvolver ações através da prática de atividade física na comunidade não-acadêmica que frequenta o Centro de Atenção Psicossocial da cidade de Jacobina, objetivando amenizar possíveis sequelas nessa população especial, o projeto não apresenta delimitação ao refere ao seu espaço de atuação, pois se refere CAPS de forma geral, nossa preocupação em chamar a atenção para o espaço no qual as intervenções deve acontecer é por na cidade de Jacobina – Ba existem dois CAPS, um para tratamento de distúrbios psicológicos e outro para auxiliar dependentes químicos. Em seus objetivos aponta para a possibilidade de realização de trabalhos a partir desse diálogo com comunidade, oferecendo vínculos de conscientização mútua, aparece como ponto de integração entre a universidade e essa parcela da sociedade, o projeto aparenta está interessado em possibilitar novas formas de produção de conhecimento, a partir, dessa interrelação.

E essa forma de intervenção que objetiva a transformação a partir das relações, também é uma característica importante para o que Jezine (2004) chama de concepção acadêmica de extensão.

De acordo com a análise dos projetos, podemos perceber que as atividades de extensão praticadas no curso de Educação física, estão tentando corresponder às demandas sociais, pois, mesmo que nem todos os projetos apontem para a mesma perspectiva de transcendência, de produção de novos conhecimentos a partir da indissociabilidade entre o ensino- pesquisa-

extensão, ou sigam as mesmas concepções no momento de organizar suas atividades de intervenção, cabe afirmar, que os programas e projetos de extensão aparentam se preocupar em oferecer um retorno a sociedade local. Todavia o quadro a seguir foi estruturado a partir do que Jezine (2004) discorre sobre concepções de extensão universitária, apresentado uma classificação correspondente ao que foi possível identificar a partir da análise dos documentos que diz respeito aos programas e projetos e suas concepções orientadoras das ações extensionista do curso de Educação Física UNEB- Campus IV:

QUADRO II: AS CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM AS AÇÕES EXTENSIONISTA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNEB- CAMPUS IV.

CONCEPÇÃO ASSISTENCIALISTA	CONCEPÇÃO ACADÊMICA	CONCEPÇÃO MERCANTILISTA
PROJETO D	PROJETO A	
PROJETO E	PROJETO B	
PROJETO F	PROJETO C	
	PROJETO G	

Fonte: Arquivo pessoal.

Um ponto relevante a ser delineado é que, as práticas das atividades extensionistas do curso de Educação Física UNEB – Campus IV, ainda não apresentam indícios de subordinação ao modelo mercadológico de extensão, que se apresenta atrelado ao modo capitalista de produção do conhecimento, Jezine (2004) detalha a concepção mercantilista de extensão como, uma “dimensão exterior à universidade, bem como os aspectos econômicos e de parcerias com outras instituições, deixa-se de privilegiar o atendimento aos grupos excluídos e passa a tratar a todos como consumidores.” (JEZINE, 2004:336)

Porém, a concepção acadêmica de extensão parece, se firmar e pleiteia “a produção do conhecimento em uma sociedade capitalista, busca uma nova dimensão de universidade, sociedade e sujeito, consubstanciada na perspectiva ideológica do “compromisso social” como instituição pública” (JEZINE, 2004:335).

Outra questão a ser considerada é que o modelo assistencialista de fazer extensão parece, contudo, pode ceder seu lugar ao modelo que presa pela indissociabilidade, pela associação entre teoria-prática, universidade-sociedade, ensino-extensão, pesquisa-extensão. Assim sendo, a nossa sugestão parte em direção para que um re-planejamento aconteça com parte dos projetos que ainda não conseguiram demonstrar na sua estruturação metodológica como pretende ou já realizam a articulação entre o ensino-pesquisa-extensão, pois, como já apresentamos a extensão universitária apresenta-se como importante meio de comunicação, articulação e integração entre os conhecimentos que podem ser construídos a partir do relacionamento entre a universidade e sociedade. Destarte, a extensão necessita ser concebida como parte orgânica, como componente da estrutura curricular, para que seja melhor compreendido como o “que fazer” universitário em correspondência com o ensino e a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese esse trabalho foi para aproximar os leitores de como a extensão delineou seu percurso histórico para tanto me dediquei a leituras das ideias Serrano (2008), tentando traçar a trajetória da extensão, que vai desde as primeiras manifestações através das Escolas Gregas até chegar no momento em que se encontra hoje nas universidades brasileiras. Tento apresentar um pouco sobre as condicionantes que influenciam as ações extensionista no mundo e na América Latina, aproximando os leitores das principais características que cada concepção possui e seu desenvolvimento aqui no Brasil.

A extensão universitária, segundo Serrano (2008), desde os primeiros registros através das Escolas Gregas e ações desenvolvidas na Inglaterra em meados do século XIX esteve atrelada a transmissão verticalizada do saber que, pretendia atender as carências de uma população que por vários motivos não estava inseridas no meio acadêmico e por isso, fazia-se necessário assegurar-lhe um pouco do que era produzido dentro dos muros da universidade.

Porém, novas formas de manifestação da extensão surgem e segundo Jezine (2004) podemos encontrar três concepções que orientam as ações extensionista no Brasil, como já fora dito, o modo inicial de fazer extensão universitária parte da concepção assistencialista, que é criticada por tomar para si o a responsabilidade de atender as demandas sociais, essa abordagem se torna alvo de questionamentos no momento que, as atividades e eventos são organizados de modo a atender as necessidades emergenciais; já a concepção acadêmica de extensão ganha fôlego, apostando na relação entre o saber popular e científico através de um processo educativo, buscando a produção do conhecimento, revelando a importância de construir essa afinidade por meio da relação dialógica; porém, na concepção mercantilista, a articulação da universidade com a nova estrutura de Estado e sociedade, propõe para extensão outra forma de financiamento das ações, abandonando a prestação de serviço gratuito e desvinculando-se das intenções que parte da universidade.

Para este trabalho realizamos também uma revisão das bases legais que legitimam a extensão universitária como uma função da universidade, para evidenciar a relevância do pensamento de reciprocidade e de relação dialógica, da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, que o Fórum de Pró-Reitores apresenta junto ao MEC objetivando

promover a divulgação de seus objetivos, sempre relatando a importância de priorizar a política da autonomia universitária e a característica da extensão como atividade acadêmica articuladora do ensino e pesquisa, sociedade e universidade.

Todavia, o objetivo central deste estudo foi analisar as concepções de extensão universitária que orientam os projetos do curso de Licenciatura em Educação Física, da UNEB, campus IV – Jacobina, na perspectiva de contribuir para um repensar da maneira de planejar as “ações extensionistas” no curso.

De modo que, foi possível concluir que o curso de Educação Física tem delineado suas práticas a partir da concepção acadêmica que, busca uma “relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico se associa ao saber popular, a teoria à prática, em um constante movimento dialético” (JEZINE, 2004). Porém, ainda é possível encontrar alguns projetos que desenvolvem suas práticas enraizadas na concepção assistencialista, que está atrelada as atividades e eventos organizados de modo a atender as necessidades emergenciais da sociedade. Para tanto, nossa sugestão sobre o modo como as práticas de extensão são desenvolvidas no curso de Educação Física, parte em direção da necessidade um re-planejamento em parte dos projetos que ainda não conseguiram demonstrar na sua estruturação metodológica como pretendem ou já realizam a articulação entre o ensino-pesquisa-extensão, pois, como já apresentamos a extensão universitária apresenta-se como importante meio de comunicação, articulação e integração entre os conhecimentos que podem ser construídos a partir do relacionamento entre a universidade e sociedade.

Contudo, compreendemos as limitações que o nosso trabalho apresenta e, por isso, pensamos o quanto seria interessante que outros trabalhos possam estar aprofundando e ampliando os estudos referente às práticas curriculares de extensão do curso do Educação Física UNEB – Campus IV, voltando suas pesquisas a outros elementos como por exemplo: as finalidades dos projetos junto a comunidade, a própria comunidade envolvida nos projetos, sobre os monitores que participam, ou até mesmo sobre a forma de avaliação dos projetos, os tempos de ação e a frequência de intervenção.

Enfim, esperamos que as considerações sobre o tema sejam satisfatórias e que possa contribuir para o desenvolvimento científico das práticas curriculares de extensão do curso de Educação Física UNEB – Campus IV.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco de Paula., CASIMIRO, Lilian Cristina. da S. R. A importância dos projetos de extensão universitária na formação de cidadãos leitores. In: **XXXII Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação**. 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/eb/enebd/Comunicacao_Oral/eixo1/AIMPORTANCIADOS.pdf>. Acesso em: 2011.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil** – 1988 com A Incorporação da Emenda 14. Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção I Da Educação. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/CF.pdf>>. Acesso em: 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 2011.

BRASÍLIA. **Decreto Nº**. Institui o Plano Nacional de Extensão Universitária– PNext. Disponível em: <<http://www.proex.ufscar.br/arquivos/pnext2011.pdf>>. Acesso em: 2011.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt, PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. In: **Revista de Educação**, Vol. 10 N. 10, 2007. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/view/207/205>>. Acesso em: 2011.

CASTRO, Luciana M. Cerqueira. A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: **27ª Reunião Anual da ANPED** - Sociedade, Democracia e Educação: Qual Universidade? 2004, Caxambu, 2004 Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t1111.pdf>>. Acesso em: 2011.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis *et al.* O significado de um projeto de extensão universitária na formação inicial de educadores de jovens e adultos, In: **23ª Reunião Anual**. 2000. Caxambu, MG. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1808t.PDF>>. Acesso em: 2011.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU / MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada**. Brasil 2000 / 2001. Disponível em:

<<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2009/forun/Plano%20Nacional%20de%20Extens%20E3o.pdf>>. Acesso em:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras**: estudo comparativo 1993/2004. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/05-Institucionalizacao-Extensao/Institucionalizacao-Extensao.pdf>>. Acesso em: 2011.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 2011.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUNGER, D. A. C. F. **A universidade sob a ótica da extensão universitária**: Análise da Função Extensão Universitária no Pensamento do Professor Universitário de Educação Física CAMPINAS, 1998. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000189646&fd=y>>. Acesso em: 2011.

JEZINE, Edineide. **A extensão universitária como uma prática social**. In: Anais do 7º Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito, Equador. La Cuestión Rural em América Latina: Exclusión y Resistência Social: por un agro com soberanía, democracia y sustentabilidade. Quito (EC); 2006. p. 1-16.

_____. Universidade-Sociedade e Extensão Universitária. Construções Teórico-metodológicas. In: **28ª Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**, 2005, Caxambu. (ANAIS Trabalho completo) Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt1111110int.rtf>>. Acesso em: 2011.

_____. A crise da universidade diante da pós-modernidade. In: **I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, João Pessoa, 2002. (ANAIS). Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/institucionalizacao/acrisedauniversidade.pdf>. Acesso em: 2011.

_____. As práticas curriculares da extensão universitária. In: CORRÊA, Edison José, CUNHA, Eleonora Schettini Martins, CARVALHO, Aysson Massote (Org.). **(Re)conhecer diferenças, construir resultados**. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001363/136345por.pdf>>. Acesso em: 2011.

MARCO Ademir De., STUCCHI, Sérgio. LOPES, Emerson Teodorico. **O papel da extensão na trilogia universitária** (juntamente com o ensino e a pesquisa, e os seus mecanismos de ação. Disponível em: < http://www.fef.unicamp.br/extensao/extensao_universitaria.ppt>. Acesso em: 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento** - pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M^a C. de S, DESLANDES, S. F., GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao15.pdf>>. Acesso em: 2011.

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência** – 4. ed. – São Paulo: Cortez 2009.

SAMPAIO, Otávio Bezerra. **Contextualização histórica da extensão e seus reflexos na sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~proex/III%20ENC.%20EXT/Artigos%20do%20III%20ENCEX/EDUCACAO/Contextualiz%20Historica.pdf>>. Acesso em: 2011.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. 2008.** Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 2011.

TEIXEIRA, Edinelza Gomes., TEIXEIRA, Marly Carneiro Sobral., VILAÇA, Patrícia Louise Araújo. **Três perspectivas sobre um projeto de extensão universitária: sala de situação da criança e do adolescente**. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/161.pdf>. Acesso em: 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB . Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. **Resolução N.º 793/2007** (Publicada no D.O. de 13-02-2007, pág. 20). Disponível em: <<http://www.uneb.br/proex/files/2010/07/793-consepe-Regulamento-do-PROBEX.pdf>>. Acesso em: 2011.

_____. Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. **Regulamento do programa de bolsas de extensão.** Disponível em: <<http://www.uneb.br/proex/files/2010/07/793-consepe-ANEXO.pdf>>. Acesso em: 2011.

_____. Conselho Universitário – CONSU. **Resolução N.º 651/2008.** (republicada por ter havido incorreções) Publicada no D.O.E. de 20-12-2008, p. 53. Disponível em: <<http://www.uneb.br/proex/files/2010/07/651-consu-Res.-Ampliação-Bolsa-de-Monitorias-REPUBLICADA.pdf>>. Acesso em: 2011.

_____. Conselho Universitário (CONSU). **Resolução N.º 700/2009.** Publicada no D.O.E. de 07-07-2009, p.16. Disponível em: <http://www.uneb.br/proex/files/2010/07/700-_consu_Res_Regulamento_Monitoria_ensino_altera507.pdf>. Acesso em: 2011.

_____. **Regimento Geral.** Disponível em: <http://www.uneb.br/wp-content/themes/uneb/docs/regimento_geral.pdf>. Acesso em: 2011.

_____. **Pró-Reitoria de Extensão – PROEX UNEB.** Disponível em: <<http://www.uneb.br/proex/monitoria-em-extensao/>>. Acesso em: 18 fev 2011.

_____. **Projeto de implantação do curso de licenciatura em educação física.** Jacobina – março/2006. (mimeo)

VENDRAMIN, Célia Regina. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: Molina, Mônica Castagna (Org.) **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=6184076>. Acesso em: 2011.

ANEXOS

UNEB



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Ciências Humanas – Campus IV / Jacobina
Colegiado do Curso de Educação Física

Disciplina: TCCII
Jacobina, 24 de agosto de 2011.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao
Prof. Ricardo Sampaio
Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão
Campus IV – Jacobina

Prezado coordenador,

O Colegiado do Curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV – Jacobina, vem apresentar a discente Janiele Ribeiro de Araújo, matrícula 040711110, autora do projeto intitulado **“Concepções e Perspectivas sobre a extensão universitária do curso de EF UNEB Campus IV 2005 – 2011”**, sob a orientação do Prof. Esp. Itamar de Souza

O projeto tem como objetivo Analisar as concepções de extensão universitária que orientam os projetos do curso de Educação Física UNEB Campus IV Jacobina-Ba na perspectiva de contribuir para um repensar da maneira de planejar as ações extencionistas no curso.

Neste sentido, solicitamos a V. Sa. autorização para que a referida discente desenvolva a pesquisa de conclusão do curso com os documentos referentes aos projetos de extensão sob coordenação dos professores do Colegiado de Educação Física.

Certo de poder contar com a colaboração necessária, agradeço antecipadamente a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Salomão Cleômenes Costa